

Afirma a Imprensa sueca: Portugal à beira da ruína

ESTOCOLMO, 30 (do nosso correspondente, César Faustino) — Ao mesmo tempo que, em Genebra, os dirigentes da Internacional Socialista reafirmavam calorosamente a sua solidariedade a Mário Soares, agitava-se excitadamente na Suécia (onde goza de privilegiada audiência nos meios informativos) o controverial jornalista germânico Gunter Wallraff — acusando publicamente o chefe do Governo Português e o seu Partido Socialista de «serem totalmente um produto da social-democracia alemã e do seu capital»...

«Posso provar sobre a tática do poder político exercido pelo SPD junto dos socialistas portugueses e que têm minado a revolução em Portugal» — declarou o belicoso Wallraff, insistindo: «O Partido Social-Democrata Alemão mandou peritos eleitorais e dinheiro ao Partido Socialista Português e três dias antes das eleições os enviados alemães gabavam-se de que seriam, eles os vencedores».

A verinosidade do excêntrico escritor marxista foi traduzida com relevo nos jornais, na rádio e na TV sueca: «Mário Soares e a sua fracção do topo encontram-se em posição contrária à da base do partido, tudo fazendo para eliminar todas as estruturas progressivas. Aliás, desde há

muito que Soares deixou de falar de socialismo em Portugal. A sua política favorece o extremismo da direita»...

Esta campanha desenvolvida por Wallraff constitui, de resto, um elemento apenas, embora suficientemente simbólico, da posição assumida pelos «mass media» suecos relativamente à evolução política portuguesa — posição fundamental — construída de especulações, mas, nem por isso, menos susceptível de formar no juízo do público uma noção acentadamente pessimista.

Há dias, por exemplo, a televisão voltou a apresentar, no melhor período da noite, o programa, de quase uma hora «Antes morrer que voltar ao passado», que fora transmitido em 15 de Junho e que tão grande celeuma provocara pelas suas tendências marcadamente hostis ao desenvolvimento político português e a esta manifesta finalidade de comprometer o papel de Mário Soares e dos socialistas e de censurar o apoio da social-democracia europeia ao processo democratizador de Portugal — mostrando-se ainda fervorosamente favorável à posição comunista.

Em comentário a este programa, o crítico do «Expressen» (o diário escandinavo de maior cir-

culação) interrogou: «Está Portugal próximo de um golpe à Chile?»

«À ESPERA DE D. SEBASTIÃO...»

Dias depois de ter publicado uma extensa reportagem intitulada «Portugal de hoje: o povo das colónias regressou ao lar para uma vida na miséria» (focando a situação dos 800 000 retornados que afirma existem no país) o influente «Dagens Nyheter» (o matutino nórdico de maior tiragem) apresentou uma larga crónica de um dos seus directores, o categorizado escritor Per Waestberg (que foi, aliás, um dos principais mentores da opinião oficial sueca contra o colonialismo português em África) o qual participou, no Estoril, no recente encontro de jornalistas europeus, patrocinado pelo Conselho da Europa.

«Portugal vive, como nunca antes, à beira da ruína» — sublinha Waestberg no seu artigo, que, pelo prestígio do autor, marcou, talvez o auge do ambiente negativista hoje dominante na Escandinávia acerca da vida portuguesa.

«A pressão psicológica é forte. A espera pelo «D. Sebastião»

é um gracejo que se torna cada vez mais sério. Um escritor diz-me desoladamente: «Vocês poderão aguentar um Palme, mas nós não podemos ter um Soares» — continua o jornalista sueco, que escreve ainda: «Grande é o risco de uma «democracia à força de músculo» e numa disputa as espingardas falam a sua linguagem especial. Os oficiais já provaram o poder e esperam, por certo, pelo momento em que o povo gritar a exigir um chefe poderoso».

Referre-se Waestberg ao encontro com o primeiro-ministro («A Imprensa portuguesa crítica, mas não apresenta sugestões»), Francisco Balsemão, Sá Carneiro (de quem diz «uma pessoa aberta e cheia de vida, com um forte sentimento patriótico sobre como a democracia portuguesa deve ser salva a todo o custo»), Vieira de Almeida, Tomaz Rosa («ele acha que a TV portuguesa é má, sem profissionais capazes e com comunistas por todo o lado»), etc.

E aponta ainda: «Reina em Lisboa uma tranquilidade estranha depois do temporal Liberdade de Imprensa, nenhuns presos políticos, nenhuma corrupção política aparente. Esta democracia de livro de ensino é um fenómeno tão inesperado em Portugal que ninguém ousa verdadeiramente acreditar nela»...

Comissão Nacional das Eleições

Só existe democracia quando há participação das populações

A propósito das próximas eleições para as autarquias locais, a Comissão Nacional das Eleições fez distribuir o comunicado que passamos a transcrever na íntegra.

«Realizam-se, no próximo dia 12, em todo o País, as primeiras eleições dos órgãos das autarquias locais. O período da campanha eleitoral findará à meia-noite do dia 10 de Dezembro.

O acontecimento assume grande importância histórica, que cumpre assinalar: pela primeira vez nos últimos 50 anos, vamos escolher directamente, e em plena liberdade, os nossos representantes locais, na freguesia e no município, incumbidos de gerir os nossos interesses, livremente e sem qualquer imposição ou tutela.

As autarquias locais foram entre nós meros instrumentos da política dos governos e de interesses quase nunca coincidentes com os reais interesses das populações.

São agora pela primeira vez, consagrados constitucionalmente os princípios da descentralização administrativa e da autonomia financeira. As populações que, melhor do que ninguém, conhecem, e sentem, o que é necessário para a defesa dos seus interesses, passam a dirigir os seus destinos e gerir os seus recursos sem intromissões de fora. Assim se evita o regresso a situações passadas tais como: o caciquismo, o tráfico de influências, as intervenções de cima, a preocupação de agradar a Lisboa.

Só existe democracia quando há participação real, directa e efectiva das populações na pro-

secução dos seus interesses, no local onde vivem e trabalham, na resolução dos seus problemas concretos. Quem melhor do que o habitante dum aldeia pode sentir as necessidades da terra, como a abertura dum rua, a electrificação da aldeia, a instalação de uma creche, a construção de uma escola?

É preciso que todos os cidadãos tenham a consciência de que podem e devem participar efectivamente na condução dos assuntos que lhes interessam de perto nas suas terras. A falta dessa participação, dá origem à indiferença e ao abandono, à aceitação fácil de tudo o que vem de cima, situação tão do agrado dos ditadores.

Os órgãos que vamos eleger são verdadeiramente representativos se forem livres e esclarecidamente eleitos e só assim poderão realmente representar os interesses das respectivas populações.

Deve reconhecer-se, portanto, justificadamente, que as próximas eleições dos órgãos das autarquias locais vão ajudar a criar um Portugal renovado.

Os novos horizontes sociais e políticos que a Constituição veio tornar possíveis impõem a cada cidadão o dever de participar activamente na defesa dos interesses próprios do agregado local a que pertence.

Votar é o primeiro acto dessa participação activa.

O esclarecimento do eleitorado é o fim principal das campanhas eleitorais. Para o atingir, a lei garante a todos que intervêm no processo — partidos, frentes ou coligações, grupos de cida-

deiros — a devida liberdade de propaganda, pondo à sua disposição, em termos de perfeita igualdade, os meios necessários.

A Comissão Nacional das Eleições, com a experiência colhida nas eleições anteriores, exprime a certeza de que todos se comportarão com o civismo exemplar de que mais de uma vez darão provas.

E afirma-se convencida de que o próximo acto eleitoral será mais um passo, e muito importante, no caminho da democracia.»

MAI ESCLARECE OS ELEITORES

Entretanto e com o intuito de esclarecer o eleitorado, o Ministério da Administração Interna, através do STAPE, divulgou o seguinte comunicado:

«Com o decorrer do processo preparatório da eleição para os órgãos representativos das autarquias locais o Ministério da Administração Interna, através do Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE) tem procurado manter os cidadãos eleitores informados acerca dos aspectos mais importantes do mesmo e que em regra se prendem com a legislação eleitoral.

De momento, com a campanha eleitoral em pleno decurso, este Secretariado Técnico dirige fundamentalmente as suas atenções para o escrutínio provisório. Assim, com o centro de escrutínio provisório e os circuitos de ligação dos governos civis, aqueles já montados, convém

que sejam desde já levados ao conhecimento, dos cidadãos eleitores e do público em geral, outros pormenores que são de ordem estritamente técnica.

De facto, votando cada cidadão eleitor, no dia 12 de Dezembro, em três órgãos autárquicos diferentes (Assembleia da Freguesia — boletim de voto em papel branco; Assembleia Municipal — boletim devoto em papel amarelo e Câmara Municipal — boletim de voto em papel verde claro) o volume de mensagens, contendo os resultados da eleição para cada um daqueles órgãos e em cada uma das autarquias a transmitir até ao Centro de Escrutínio Provisório, em Lisboa, será triplo do que se verificou em anteriores actos eleitorais, originando assim um acréscimo considerável de trabalho nas juntas de freguesia, câmaras municipais e governos civis e uma consequente maior morosidade no conhecimento final dos resultados provisórios da eleição. Chama-se portanto a atenção de todos os cidadãos para tal facto pois se prevê que o processo de apuramento dos resultados provisórios se prolongue por dois períodos durante dois dias.

Preende-se, deste modo, evitar que as pessoas se mantenham na expectativa constante do imediato conhecimento de todos os resultados da eleição e também solicitar de todos os cidadãos a sua melhor colaboração sugerindo-lhes que não utilizem os telefones das câmaras municipais e governos civis na tentativa de assim conseguirem conhecer aqueles resultados.»

A morte de José Correia Pires

José Correia Pires, velho militante anarquista que conhecera os piores tempos do Tarrafal, juntamente com Mário Castelhano e Bento Gonçalves, morreu agora em Almada. Era um homem bom e culto, que defendia a paz e a compreensão e que nunca fizera (ou desejara) mal a ninguém. O corpo esteve exposto na Sociedade Inerível Almadense e o funeral constituiu uma impressionante manifestação de pesar em que se incorporaram pessoas de todas as condições e de todas as opiniões políticas.

Condolências pela morte de D. José C. Nunes

Mário Soares enviou o telegrama de condolências, que a seguir se transcreve, ao Cardeal Patriarca de Lisboa, pela morte de D. José da Costa Nunes.

«Em nome do Governo Português e no meu próprio, apresento a Vossa Eminência as mais sentidas condolências pelo falecimento do cardeal Dom José da Costa Nunes, decano do Sacro Colégio e uma das mais eminentes e respeitadas figuras católicas portuguesas do nosso tempo.

Apresento a Vossa Eminência meus respeitosos cumprimentos.»

Associação de Amizade Portugal-Chile

A comissão promotora da Associação de Amizade Portugal-Chile Democrático, no início das suas actividades enviou telegramas ao Presidente da República, presidente da Assembleia da República, Conselho da Revolução, Primeiro-Ministro e aos Partidos representados na Assembleia da República, solicitando e apoiando todas as medidas promovidas a nível nacional e internacional de condenação ao regime de opressão do Chile, nomeadamente as iniciativas que conduzam ao corte de relações entre Portugal democrático e o Chile de Pinochet.

Distribuição provisória de funções na ANOP

Por despacho do secretário de Estado da Comunicação Social, foi nomeado para desempenhar as funções de administrador substituto do presidente do conselho de administração da ANOP, até à aprovação dos novos estatutos da empresa, o eng. João da Costa Soares, presidente da Comissão de Reestruturação, que concluiu o relatório sobre a reorganização daquela agência noticiosa.

Segundo o despacho, as funções de director-geral da ANOP são asseguradas, durante o mesmo período, pelo presidente do conselho de administração, João Manuel Mealha Tito de Moraes.

Por outro lado, os drs. Luis Filipe Landerset de Melo Cardoso e Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos, membros da comissão de reestruturação que ocupavam simultaneamente cargos administrativos da ANOP, regressam aos seus lugares de origem, dada a sua indispensabilidade na Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Por considerar como muito útil a actividade por eles desenvolvida, o mesmo despacho determina ainda que os colaboradores da comissão de reestruturação dr. José Pedro Alenquer, Fernando Aleixo Vicente, Joaquim Lourenço Baptista e Maria Manuela Carlota da Silva, continuem, com os referidos limites, a prestar a sua colaboração às estruturas da ANOP.

David Hemmings



O mistério da casa ASSOMBRADA

(PROFONDO ROSSO)

DARIA NICOLODI GABRIELLE LAVIN

Na sua cadeia, o grito que ouvir pode ser o seu...

Realização de DARIO ARGENTO INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS COLONIBO

FELIPE CASTELLO LOPES apresenta

AMANHÃ, ESTREIA

